



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

ANÁLISE DA AUTOCONSTRUÇÃO A PARTIR DE SUAS PRÁTICAS

Geruza Lustosa de Andrade Tibo (Universidade Federal de Minas Gerais) - geruzalustosa@gmail.com
Arquiteta e Urbanista, especialista em Planejamento Urbano Ambiental, mestre e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo -NPGAU/UFMG, arquiteta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e professora do Centro Universitário UNA.

Juliana Linhares (Universidade Federal de Minas Gerais) - juflinhares@gmail.com
Arquiteta e Urbanista, mestranda no Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora do PRAXIS-EA/UFMG.

Denise Morado Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais) - dmorado@gmail.com
Arquiteta, Professora Associada da Escola de Arquitetura e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFMG) , coordenadora do grupo PRAXIS-EA/UFMG, pesquisadora do CNPq.



ANÁLISE DA AUTOCONSTRUÇÃO A PARTIR DE SUAS PRÁTICAS

RESUMO:

O conceito *autoconstrução* é elástico e generalista, usualmente usado para se referir a moradia construída pelas populações pobres; entretanto, a autoconstrução é composta em sua espessura por diferentes práticas autoconstrutoras. Esse artigo propõe aprofundar o conceito a partir de suas práticas. Baseado no conceito de *prática discursiva* de Michel Foucault, entendemos que essas objetivam a produção autoconstrutora e, por isso, faz-se necessário primeiramente iluminá-las e, em seguida, revelar as coisas e os objetos que as práticas produzem. Para a decomposição do conceito, um diagrama de *estrutura de análise da autoconstrução* é proposto a partir de *linhas de análise* – agentes, autonomia, cultura, renda e recursos financeiros, tempo e território – e seus atributos. As tramas das linhas de análise envolvidas pelas práticas discursivas resultam em *tipos* da autoconstrução e que, por sua vez, decompõem a autoconstrução, em um movimento de ir-e-vir. Nesse sentido, a autoconstrução passa a ser entendida pelas linhas de análise e pelas suas práticas. Essa proposta teórica-analítica pretende contribuir para a necessária promoção de políticas públicas que envolvem autoconstrutores, técnicos e profissionais.

Palavras-chave: Autoconstrução. Práticas Discursivas. Moradia.

ST – ST-5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos



1 INTRODUÇÃO

O conceito *autoconstrução* é usualmente usado para se referir a moradia construída pelas populações pobres, muitas vezes auxiliados pela família e por amigos, resultando em informalidade, baixo desempenho e desqualificação. A produção do espaço urbano, quando realizada pelos seus próprios usuários, é espaço autoconstruído e aqueles que o fizeram, autoconstrutores.

Em grande medida, os discursos acadêmicos e institucionais categorizam os autoconstrutores, essencialmente os pobres, como aqueles que não dispõem de conhecimento suficiente para construir moradias com planejamento, sem desperdícios e de boa qualidade. Uma das razões para esse discurso, segundo Maricato (2000, p. 122), é a desinformação sobre a “gigantesca ocupação ilegal do solo urbano” por parte não só de órgãos municipais de aprovação de projeto e equipes de urbanistas dos governos municipais, mas também de universidades. Também Alex Kenya Abiko, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e consultor da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em entrevista à Construção Mercado (Mendes, 2006), alerta: “acredito que muitas polêmicas sobre a autoconstrução aconteçam por desconhecimento, pois se começa a ideologizar o tema por falta de informações mais precisas”.

O conceito autoconstrução, portanto, elástico e genérico, agrega eventuais diferenças da prática autoconstrutora sem a necessária reflexão acerca dos distintos aspectos que o compõe. Pergunta-se: quais as diferenças e distinções presentes na autoconstrução? Acatamos o entendimento de Souza (2013, p. 9) sobre *conceito* como "*unidades explicativas fundamentais* e ao mesmo tempo constitutivas de qualquer construção teórica". Não é nosso objetivo questionar a validade do conceito autoconstrução, mas iluminar as composições feitas para a sua formação e, sobretudo, criar ferramentas para a sua análise a partir de suas práticas. Nesse sentido, o espaço autoconstruído é entendido para além da sua funcionalidade e materialidade, mas a partir da prática que o induziram à sua função e materialidade. A nosso ver, as práticas são geradoras do conceito e não o conceito definidor de práticas. Pressupomos que o conceito definidor de práticas só se dá no campo teórico na medida em que as práticas não se



enquadram em modelos rígidos e concepções históricas; portanto, reconhecemos que existem distintas práticas autoconstrutoras.

Bourdieu (2009) caracteriza a prática como lugar da dialética do *opus operatum*, traços estruturais da sociedade, e do *modus operandi*, estratégias que o indivíduo usa para agir, onde os objetos de conhecimento são construídos, e não passivamente registrados; o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e orientado para funções práticas. “Não há coisas, não há objetos; melhor dito, existem as coisas ou os objetos que as práticas produzem” (DÍAZ, 2012, p. 12). Com isso, não há moradia autoconstruída sem a prática que a produz.

Nosso ponto de partida é o entendimento que o conceito autoconstrução agrega distintas práticas autoconstrutoras em razão de diferentes atributos que se revelados ampliam e reconstruem o conceito autoconstrução. A proposta, aqui brevemente apresentada, nasce dos incômodos e das reflexões presentes nos projetos de pesquisa e de extensão¹ do grupo PRAXIS/EA-UFGM que tratam da autoconstrução. Entendemos que os autoconstrutores não formam um grupo homogêneo e coeso, tendo motivações várias pela decisão em produzir autonomamente suas casas, e, por isso, instigam a investigação sobre as relações socioespaciais que os caracterizam.

O conceito autoconstrução, se usado genericamente, anula diferenças entre as práticas e os diversos autoconstrutores, isto é, impõe análises descoladas das especificidades de cada autoconstrutor e de suas práticas. Por isso, não só é necessária a sua vinculação ao contexto socioespacial que está inserido e, com isso, a vinculação ao território, mas também o reconhecimento de que as práticas que caracterizam a atividade autoconstrutora devem agregar-se em torno do reconhecimento do autoconstrutor. Não será debatido, nesse momento, a vinculação da produção construtiva à prática projetual do campo técnico.

¹Projeto “Diálogos: a mediação da informação na produção e no uso da moradia”, em desenvolvimento pelo grupo PRAXIS-EA/UFGM, desde 2010, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento. Atualmente, o projeto realiza assessoria técnica na Vila Acaba Mundo, região centro-sul de Belo Horizonte, MG.



Para a análise pretendida dialogamos com a contribuição de Michel Foucault acerca do discurso e sua concepção de práticas discursivas, evidenciando as relações socioespaciais que desenham a estrutura de análise proposta.

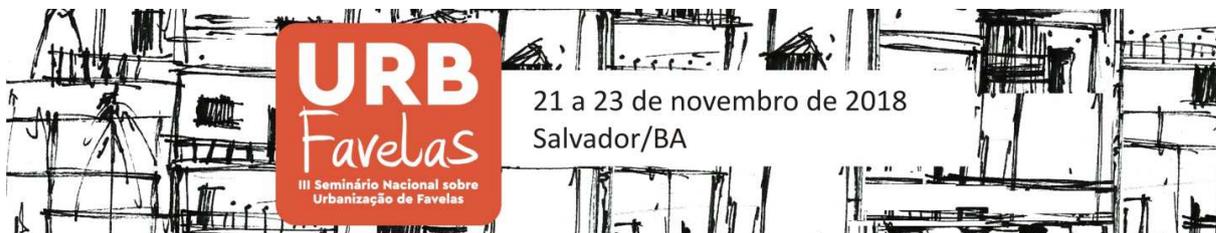
2 PRÁTICAS DISCURSIVAS

A autoconstrução é um conceito vinculado às práticas construtivas, mas também impregnado de outros significados. O conceito autoconstrução abarca diversas práticas que não podem ser expressas sob a mesma espessura; em outras palavras, as práticas devem ser desconstruídas a partir das diferenças que as caracterizam. A autoconstrução remete-se a relações socioespaciais existentes a partir de dinâmicas presentes na produção da cidade capitalista e com isso, não se desvincula do campo social ou sem perpassar pelas engrenagens, narrativas e discursos neoliberais da associação Estado-Capital, mesmo quando fruto da ação dos moradores.

Foucault (2002), em sua célebre aula inaugural “A ordem do discurso” no Collège de France, em 1970, supõe que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos, externos e internos, que têm como objetivo conjurar seus poderes e perigos, diminuir a força de eventos incontroláveis e esconder as reais forças que materializam a constituição social. Ou seja, pelo discurso controlado, as instituições mantêm o poder e os excluídos são aqueles impedidos de discursar. Para Foucault (2002), o elo entre discurso e prática se dá pela prática discursiva que reúne elementos e enunciados associados a um sistema de regras ou a um saber. Sobre as práticas discursivas, conceitua Foucault (2008, p.133),

Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Esse preâmbulo permite-nos caminhar ao lado da autoconstrução não como objeto final ou resultado construtivo – a moradia autoconstruída –, mas sim como prática construída,



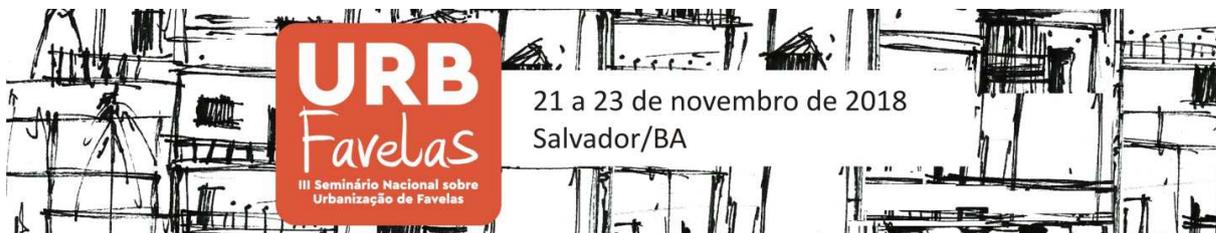
vinculada a realidade socioespacial e em um determinado tempo histórico. Ou seja, a autoconstrução existe porque as práticas discursivas a objetivaram neste conceito. A prática da autoconstrução se dá desde a inserção da moradia em território urbano, da escolha dos materiais, da aplicação da mão de obra, da destinação dos recursos financeiros, da técnica construtiva empregada, ou seja, da construção propriamente dita, até a ocupação e o uso efetivo do espaço construído ao longo do tempo, constituindo-se em “condições de exercício” associadas à determinadas condições de existência da cidade capitalista. A autoconstrução é prática, para além de seu resultado concreto e formal de objeto no espaço urbano. Esta constatação descortina relações socioespaciais embutidas nessa prática e, sobretudo, práticas que configuram e determinam o exercício construtivo.

O entendimento sobre a prática é ampliado por Díaz (2012, p. 13):

Não existem objetos naturais. Existem substratos naturais que as práticas sociais convertem em objetos. As práticas produzem objetividades do mesmo modo que a pereira produz peras. Não há peras sem pereiras, não há coisas (como sinônimos de objetos) sem práticas (discursivas e não discursivas) que as produzam. Estudar somente as coisas, sem levar em consideração as práticas que as produzem, seria estudar apenas o que emerge do iceberg, como se o emergente fosse algo isolado da volumosa massa total. Fazer arqueologia é tentar descobrir sob as águas as práticas que sustentam o objetivado.

As práticas discursivas não são calcadas em processos mudos, o que quer dizer que os discursos se revelam a partir das relações sociais e se deflagram a partir delas (DÍAZ, 2012). A forma de enunciação dos discursos se dá pela prática que o formula, e, neste sentido, é a própria prática que permite dar voz ao discurso. Foucault (2008) chama atenção para as legitimidades dos discursos e para a análise histórica feita a partir de sua construção enquanto discurso. Segundo o autor:

ele [o discurso] mesmo não passaria de seu próprio vazio; e a partir dele, todos os começos jamais poderiam deixar de ser recomeço ou ocultação (na verdade, em um único e mesmo gesto, isto e aquilo). A esse tema se liga outro, segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um "jamais-dito", um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz ... É preciso

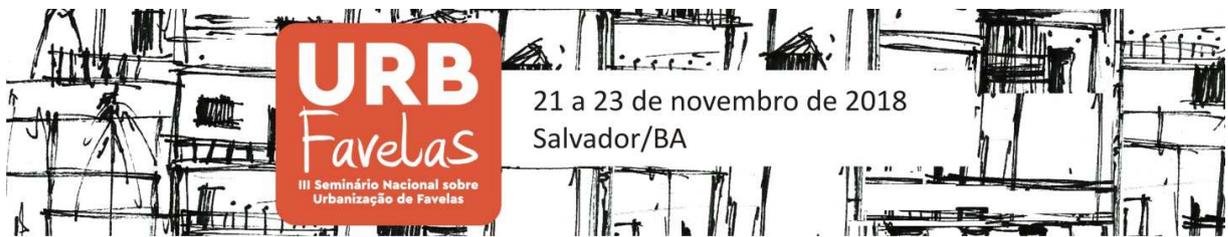


renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. (FOUCAULT, 2008, p. 29)

Essa marcação de Foucault reflete o cuidado que se deve ter no entendimento dos discursos já prontos, pois possuem cargas históricas, políticas, bem como simbólicas significativas. Evita-se, assim, entender práticas coletivas enquanto discursos compartilhados, pois nem todas as pessoas, ainda que inseridas em um mesmo discurso, participam dos mesmos enunciados decompostos. Muitas vezes, intuitivamente, é conferida a um determinado grupo alguma prática discursiva sem necessariamente passar pelo crivo do próprio grupo que está recebendo a carga do discurso, que pode até mesmo não concordar com todos os enunciados a ele conferidos. Essa possibilidade se torna mais real quanto mais a carga simbólica do discurso do grupo passar por processos de significação nas relações sociais, ou seja, quanto mais atributos simbólicos forem conferidos à sua prática discursiva.

Na análise que se pretende, percebe-se que há de fato a reprodução da generalização da prática discursiva autoconstruída embebida em preceitos históricos, sociais, econômicos e políticos, configurando um grupo que participa e que é genericamente nomeado de autoconstrutor. Sem se dar conta disso, como diz Foucault (2008), a generalização anula a existência de uma pretensa continuidade do discurso no jogo que é sempre reconduzido a partir de seus mesmos enunciados e até mesmo da ausência deles. Esta continuidade do discurso, sem a individualização das identidades e das suas práticas em seus limites, leva a crer que todos os moradores de vilas, favelas, ocupações urbanas e loteamentos periféricos – territórios populares – carregam o mesmo discurso de todos os autoconstrutores. Por outro lado, ao discursarmos a autoconstrução como prática social simbolicamente definida por generalidades – informal, desqualificada e de baixo desempenho –, levam-se os significados a este pretense grupo coeso. Contudo, não é possível afirmar que todos moradores ali conjugam dos mesmos enunciados e são formados a partir dos mesmos preceitos.

O pressuposto da mesma prática discursiva pode colocar na mesma análise da autoconstrução, por exemplo, as primeiras famílias que ocuparam uma determinada área, pioneiros no processo de produção de um espaço minimamente habitável, e um morador que compra,



mesmo que fora dos meios formais do mercado, uma área para a construção da moradia, mas agora já consolidada ou legitimada pelo Estado. Neste exemplo, as razões pelas quais os moradores autoconstruíram suas casas podem ter sido conferidas por motivações políticas coletivas da luta por moradia, sendo distintas de outros moradores que necessitavam de espaço urgente para abrigarem suas famílias ou para residirem mais perto do seu trabalho. Motivações distintas que os tornam autoconstrutores, mas a partir de eventos dispersos e não necessariamente pertencentes a um mesmo grupo de análise. Somando-se a isso, também não se pode afirmar que o autoconstrutor da (então nomeada) cidade formal e que tem maior renda, com acesso à moradia e à cidade em condições favoráveis, conjuga dos mesmos discursos inseridos no entendimento espesso do que seja autoconstrução. Nesse sentido, o *não dito* do discurso da autoconstrução é destinado a todos e com a mesma carga simbólica. Sobre isso, Foucault (2008, p. 28) ainda acrescenta: “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”. Para o autor é preciso colocar em questão as sínteses acabadas, os agrupamentos que a princípio são aceitos antes de serem analisados, os laços que são validados sem análise de sua origem.

Em seguida, agrupamentos presentes no conceito autoconstrução são questionados, iluminando *linhas de análise* para delimitar o que Foucault (2008, p.28) trata como "jogo de sua instância", ou seja, as relações socioespaciais presentes em um dado momento.

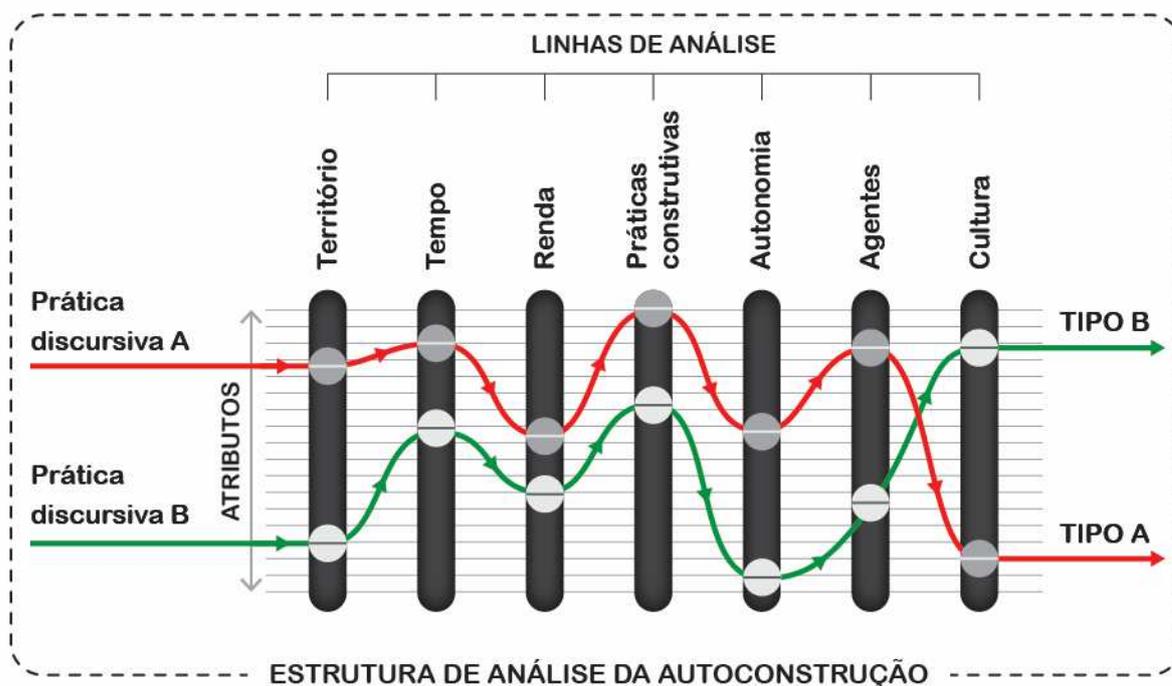
3 DISTINÇÕES NECESSÁRIAS

Ao nos debruçarmos sobre o conceito autoconstrução estamos tratando diretamente do autoconstrutor. A prática da autoconstrução se dá pelas relações das práticas sociais do autoconstrutor e de suas práticas discursivas e, com isso, dos enunciados que absorve em sua experiência e o legitima. Nesse sentido, o autoconstrutor não é somente aquele que constrói fisicamente a sua moradia, mas, essencialmente, aquele que a vivencia e a dota de significação, é quem estabelece a prática da autoconstrução.

Propomos a decomposição do conceito autoconstrução a partir de *linhas de análise*, as quais se graduam em função de atributos conformados pela prática discursiva. A prática discursiva

é o caminho que perpassa todas as linhas de análise agregando atributos para a composição de um determinado tipo de autoconstrução. Assim, para a formação de um tipo de autoconstrução, há uma liga necessária, mas fluída – as práticas discursivas –, que agrega, em maior ou menor presença e distinção, cada atributo dentro da linha de análise. A depender do modo em que certos atributos se agregam em uma determinada linha de análise, um distinto tipo de autoconstrução se define, ilustrado pela Figura 1.

Figura 1. Diagrama da estrutura de análise da autoconstrução



Fonte: autoras, 2018.

3.1 LINHAS DE ANÁLISE

As linhas de análise propostas partem da identificação de aspectos historicamente presentes em torno do conceito autoconstrução, ainda que não explicitados.

I) Território

Os autoconstrutores estão presentes de forma dispersa na cidade. Sabemos que a autoconstrução não está diretamente relacionada a um território com característica



determinante, ou seja, não está presente apenas em territórios habitados pela população de baixa renda. Vale ressaltar que pouco se discute acerca da prática autoconstrutora inserida em territórios habitados pela população de maior renda e com acesso aos serviços urbanos da cidade.

O território ocupado pela população de baixa renda está diretamente associado às maiores ou menores possibilidades de se acessar o direito de viver na cidade e o direito à moradia. Neste caso, a posse do terreno desencadeia um tipo de autoconstrução, menos ou mais estável socialmente, politicamente, economicamente e construtivamente, em três universos, assim elencado por Morado Nascimento (2016):

1) loteamentos periféricos: a autoconstrução inicia-se com a compra do lote, seja de forma legal ou ilegal, pago geralmente em prestações mensais, seguida da obra que vai se desenvolvendo por meio da obtenção de materiais ao longo do tempo. As decisões construtivas e espaciais ampliam-se diante da capacidade dos autoconstrutores observarem e aprenderem com amigos o ofício da construção civil e da proximidade construída com os depósitos de materiais de construção. A precariedade dos serviços urbanos (água, luz, energia, esgoto, etc.) e dos equipamentos públicos (escola, postos de saúde, transporte coletivo, praças, etc.) configura-se, de imediato, em *argumento político individual* a pressionar órgãos públicos locais pelo acesso ampliado aos seus direitos.

2) vilas e favelas: as características das moradias autoconstruídas permanecem, mas os terrenos são ocupados de forma espontânea, adquiridos ou não por contratos informais de compra/venda, em áreas centrais desprezadas pela cidade capitalista, porém importantes diante da necessidade dos trabalhadores residirem próximos aos seus lugares de trabalho. As [vilas e] favelas permanecem como ações autoconstruídas e autônomas, como *argumento político individual e também coletivo*, continuamente transformadas por questionáveis processos de urbanização conduzidos pelo Estado.

3) ocupações urbanas: iniciam-se a partir da ocupação organizada de terrenos, de forma lenta, conflituosa e, muitas vezes, violenta, ações interpretadas pelas instâncias jurídicas como



ilegais; nesse caso, a lógica de acesso ao solo urbano e da prática da autoconstrução é referenciada pela sobrevivência imediata dos moradores, porém, imersos no enfrentamento político na luta por moradia, sem qualquer garantia da posse da terra urbana. As patologias construtivas são explícitas nas casas, a princípio mínimas e extremamente frágeis, em razão da urgência de se consolidar a ocupação como *argumento político coletivo* diante das ineficientes políticas habitacionais.

II) Tempo

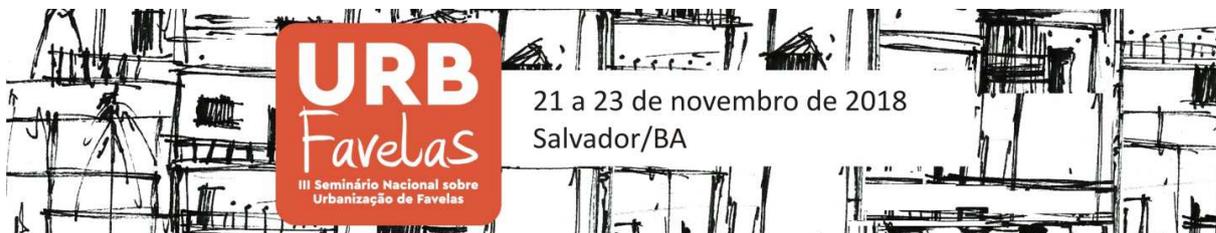
O tempo de construção da moradia diferencia as práticas autoconstruídas como resposta à urgência, à sobrevivência ou à indeterminação sobre o futuro. Assim, o tempo está fortemente atrelado à disponibilização imediata (ou não) da mão-de-obra, dos materiais construtivos e recursos financeiros, todos ressignificados ao longo do tempo. O tempo, então, organiza de forma mais ou menos orgânica e solidária, a moradia autoconstruída.

Os processos decisórios sobre a moradia autoconstruída são realizados *no* tempo real dos moradores, e que não é o tempo da arquitetura, do planejamento, do urbanismo, da engenharia ou da ciência. É, por outro lado, o tempo político que acolhe forças contrárias às práticas e procedimentos da corporação Estado-Capital baseadas na liberdade de criação a partir da realidade que se quer modificar.

III) Renda e recursos financeiros

A renda e os recursos financeiros do autoconstrutor são elementos *estruturantes de* sua prática e *estruturados pelas* outras linhas de análise, ampliando ou reduzindo as possibilidades das escolhas do autoconstrutor e conferindo maior ou menor efetividade e solidez na tomada de decisão sobre os materiais, as técnicas construtivas e a mão de obra. Todas estas escolhas estão também alinhadas à formação cultural do construtor.

Naturalmente, a renda e os recursos financeiros atrelam-se ao montante financeiro possível destinado à construção da moradia ao longo do tempo. Na autoconstrução, o processo de destinação financeira à moradia é realizado conjuntamente com a execução da obra, não sendo possível determinar, *a priori*, etapas de planejamento de projeto e de obra.



IV) Práticas construtivas

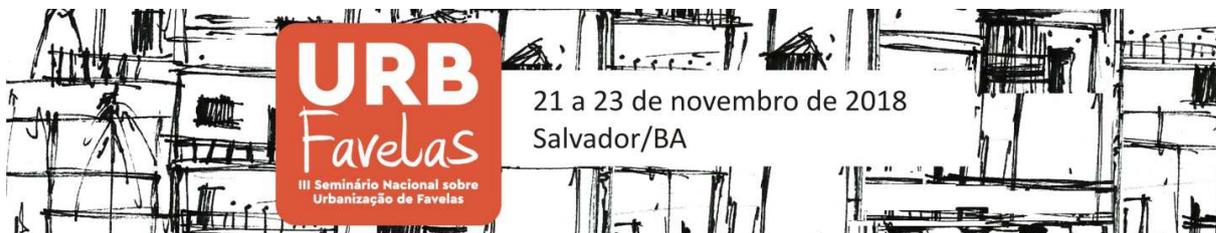
O maior ou menor domínio sobre técnicas construtivas, resultando em eventuais precariedades e/ou patologias construtivas, pode caracterizar diferentes autoconstrutores. Além disso, o modo de funcionamento do canteiro de obra também determina práticas diferentes. A capacidade de se realizar a obra por conta própria (moradores, amigos e família) ou por contratação de mão de obra caracteriza a prática construtiva adotada e o grau de emergência da construção alinhada à disponibilidade de material de construção.

V) Autonomia

A possibilidade implícita do autoconstrutor decidir pelo seu espaço se dá a partir da experiência autônoma no processo de tomada de decisão acerca do pensar e fazer. Contudo, importante ampliar a questão da autonomia para além das questões espaciais e construtivas e assumi-la perante as relações de produção da cidade. Ou seja, as decisões na prática da autoconstrução não são tomadas para alcançar a materialidade física do objeto-casa mas do processo-morar.

Analisando o conceito de autonomia por Castoriadis (1991), percebe-se que estamos inseridos em uma estrutura social onde a sociedade cria suas próprias regras e limites do viver, definido pelo autor como autolimitação. A partir daí, Tibo (2016) coloca que a autonomia está relacionada e cerceada pelas significações e convenções relacionadas aos modos de vida já enraizados na cultura da sociedade. Com isso, o ato de construir é reprodução do sistema de regras e limites sociais, não se tratando de processo mudo, como lembra Díaz (2012). Neste sentido, a autonomia é dada conforme as convenções sociais, o que pode gerar processos desiguais na capacidade de tomada de decisão diante das escolhas que se faz sobre viver e fazer em sociedade.

A linha de análise da autonomia é definida a partir da carga possível incorporada ao autoconstrutor, delimitada pelas práticas discursivas e alinhadas ao discurso de cada tipo de autoconstrução.



VI) Agentes

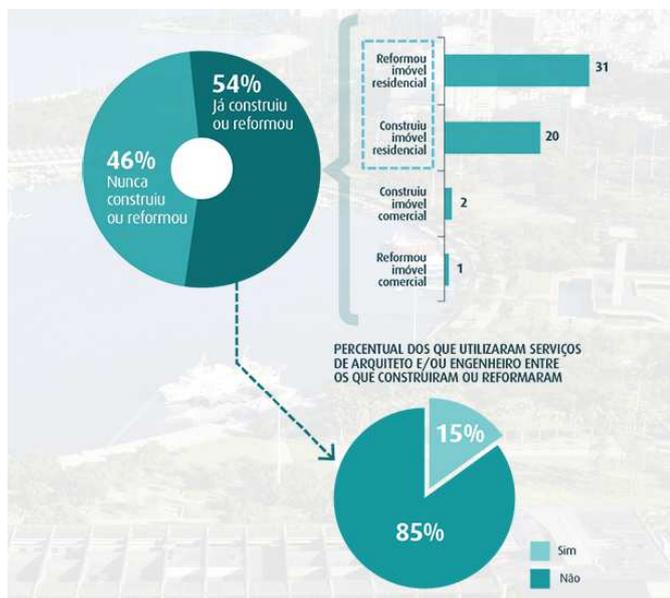
As práticas dos autoconstrutores se dão no encontro de cada agente e da objetividade de todos, em um processo interativo, dinâmico e concreto, alimentado por visões de mundo e por tomada de decisões. Acatamos o conceito *agente* no sentido dado por Bourdieu (2009), onde indivíduos, coletividades, pessoas, classes, ou instituições agem e lutam dentro do campo de interesses.

Os agentes são aqueles que agem, direta ou indiretamente, na prática autoconstrutora – pedreiros ou serventes da construção civil, depósitos de materiais de construção, Estado, empresas privadas, amigos e famílias, etc. O Estado tem papel relevante quando, por omissão, não garante os direitos básicos de acesso a moradia e a cidade, como também por meio de uma intervenção que não garanta do ponto de vista qualitativo os mesmos direitos. Outro agente que merece destaque é o depósito de material de construção que direciona a venda de determinados produtos e as regras de financiamento ou de contrato de determinados serviços.

Destacamos também o agente técnico, aquele que possui o conhecimento acadêmico e/ou formal para a produção do espaço urbano. Apesar desse agente ter a responsabilidade da produção do espaço urbano, conferida por meio de atribuições técnicas, sabe-se que a sua efetiva participação na autoconstrução não é significativa. Pesquisa do CAU/BR revelou, como mostra a Figura 2, que apenas 85% dos 45% das pessoas entrevistadas, que afirmaram já terem construído ou reformado suas moradias, o fizeram sem a participação de técnicos.



Figura 2: Reformas versus serviços de arquiteto/engenheiro

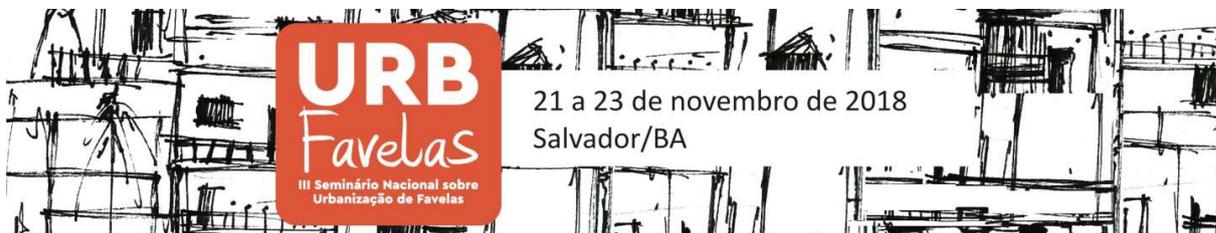


Fonte: CAU BR/ Datafolha, 2015

Os dados da pesquisa não apontam a correlação entre o acesso ao serviço técnico e a renda do construtor. O grupo pesquisado é diversificado e demonstra que a prática da autoconstrução está presente em toda a sociedade, não sendo possível, a princípio, associar somente o nível da baixa renda do morador à construção da casa sem auxílio técnico. A não contratação de profissionais habilitados não se vincula, em absoluto, apenas à impossibilidade de custear o serviço. Para isso, as linhas de análise da autoconstrução são propostas para que se possa extrapolar a renda para além das questões inerentes à produção das cidades e suas relações socioespaciais que a consolidam. Nesse sentido, o não acesso ao serviço técnico ou a não necessidade de sua contratação vinculam-se à linha de análise do território, como também a cultura e às práticas construtivas, além da renda.

VII) Cultura

Cultura, segundo Sodré (1983, p. 8), “[...] é uma dessas palavras metafóricas (como por exemplo, liberdade) que deslizam de um contexto para outro, com significações diversas”. Nessa afirmação, atestamos, por um lado, uma variação conceitual do termo que poderia ser explicitada através da recomposição da trajetória teórico-filosófica e cronológica da cultura. Longe de nosso objetivo caminhar por essa direção, interessa-nos, entretanto, saber da sua



presença em nossa área de estudo – a autoconstrução – guiado sob o ‘conceito nucleador’ de cultura de Marteleto (1995, p. 2):

Cultura é aqui entendida no seu sentido antropológico mais geral como o “modo de relacionamento humano com seu real”, ou ainda como o conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica.

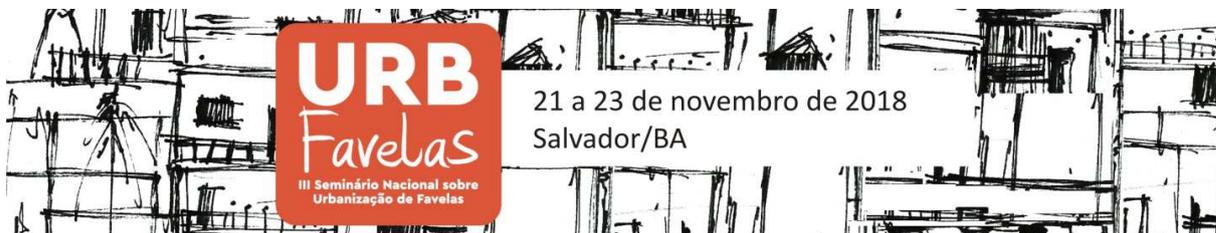
Esse ponto de partida conceitual sobre cultura amplia a reflexão acerca da cultura construtiva dos autoconstrutores e como essa se *vincula à* e se *distingue em* cada prática de autoconstrução. Ampliando o conceito de cultura, Bauman (2012, p. 28) afirma:

A cultura [...] é tanto um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autopropagação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças. Ou melhor, a cultura se “autopropaga” na medida em que não o padrão, mas o impulso de modificá-lo, de alterá-lo e substituí-lo por outro padrão continuam viáveis e potentes com o passar do tempo. O paradoxo da cultura pode ser assim reformulado: o que quer que sirva para a preservação de um padrão também enfraquece seu poder.

É possível detectar que o conceito de cultura não se apresenta em padrões rígidos de repetição ao longo do tempo e que a questão atemporal do conceito garante que não estão sendo tratados padrões fixos e históricos passados por gerações, mas se fortalece na possibilidade de sua própria transformação. A cultura deixa de ser entendida como uma ordem, apesar de precisar da ordem para se reconstituir, já que deve garantir a possibilidade de novos episódios culturais em seu enredo.

Apropriando-se do conceito de cultura de Bauman e Marteleto, entendemos que cultura designa a prática construtiva incentivada ou possibilitada por determinadas relações socioespaciais presentes na produção das cidades. Nesta produção, há uma matriz ou conjunto de artefatos que, de forma não sistematizada, estabelece conexões entre as escolhas, ainda que em constante transformação, possibilitando a formação de práticas. Segundo Bauman (2012, p. 43):

“dominar uma cultura” significa dominar uma matriz de permutações possíveis, um conjunto jamais implementado de modo definitivo e sempre inconcluso – e não uma coletânea finita de significações e a arte de reconhecer seus portadores. O que reúne



os fenômenos culturais numa “cultura” é a presença dessa matriz, um convite constante à mudança, e não sua “sistematicidade”- ou seja, não a natureza da petrificação de algumas escolhas (normais) e a eliminação de outras (“desviantes”).

A organicidade dada ao termo cultura, proposto por Bauman (2012, p. 298), traz à tona a noção de cultura como “fábrica e abrigo de identidade” e que esta “só pode existir como crítica prática e intelectual da realidade social existente”. Nesse sentido, percebemos que os autoconstrutores se estabelecem culturalmente a partir de suas lutas socioespaciais cotidianas na cidade e que os aspectos que os tornam factíveis estão imbricados pela rede formada a partir do senso de pertencimento conferido pelas suas relações socioespaciais. Com isso, a cultura não está relacionada à matriz e à sistematização de padrões, mas sim relacionadas às questões de identidade. A fala da D. Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo (Belo Horizonte), expressa o pertencimento a um específico grupo de autoconstrutores.

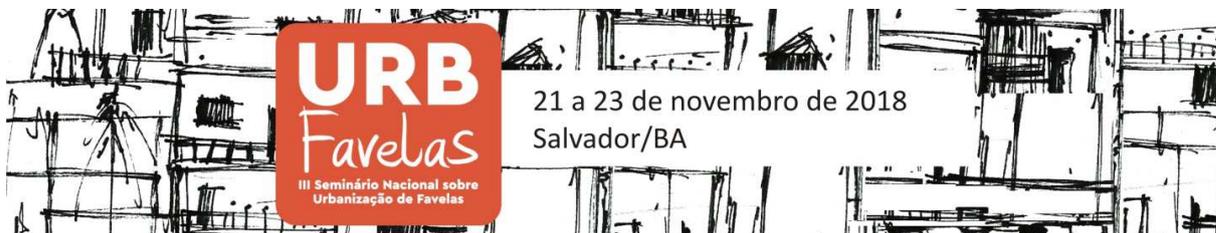
Já temos que pagar pelo material e mão de obra. Se ainda pagarmos o projeto não damos conta. Se é de graça a gente quer. Não faço mais sem o projeto... Queremos o projeto porque faz e fica feito. Não fica derrubando. Não quero ter que refazer”.²

Determinadas tipificações construtivas das casas alinhadas à ausência de atuação técnica podem ser configuradas como premissas da cultura autoconstrutora bem como da prática discursiva do campo da arquitetura e da engenharia; mas, da mesma forma, outros enunciados podem ser incorporados a este discurso. A atuação técnica pode transformar socialmente e espacialmente as moradias, e com isso, recriar práticas discursivas da autoconstrução, podendo-se configurar novas composições de identidades e noções de pertencimento socioespaciais e, com isso, novas respostas para a cultura construtiva.

5 FINALIZANDO...

Neste artigo, propomos a ampliação do conceito autoconstrução a partir da caracterização de *linhas de análise* engendradas pelas práticas discursivas que revelam distintas práticas da autoconstrução. A discussão proposta decompõe o conceito autoconstrução pela teoria e o amplia pela prática.

² Assessoria técnica, realizada na Vila Acaba Mundo - BH/ MG em 26/04/2017.

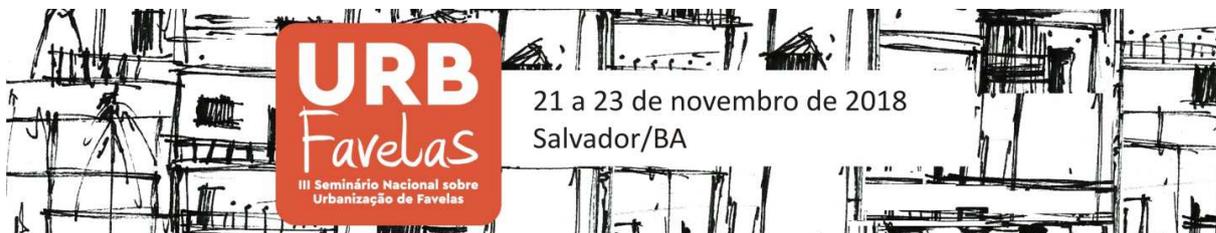


O conceito autoconstrução, quando colocado de forma genérica, carrega distorções conceituais equivocadas para a cidade e para a investigação sobre a sua produção. Como exemplo, o PL 6699/2002³, ainda em avaliação no Plenário, propõe como crime o exercício ilegal da profissão de arquitetura e engenharia, o que pode ser entendido como a criminalização da própria prática da autoconstrução. Contudo, este entendimento só se torna possível a partir de uma consideração sobre a linha de análise “agentes”. Neste sentido, a presença do auxílio técnico como promotora da significação da autoconstrução revela que os que não contam com este auxílio emergem sob a mesma prática. Qual o campo da autoconstrução que o PL pretende criminalizar? Dependendo da resposta, o que está sendo posto de forma descuidada, é o acesso à assessoria técnica em todas as construções, reforçando a necessidade do debate sobre a arquitetura e urbanismo de forma ampliada.

O diagrama da estrutura de análise da autoconstrução proposto revela que a atuação técnica em si não é condicionante única ou determinante da prática do autoconstrutor. A análise deve ser estruturada a partir da complexa trama das linhas de análise propostas e tem sentido apenas se as práticas discursivas estiverem envolvidas. A investigação indica que os autoconstrutores possuem práticas discursivas que os agregam ou não na construção de um determinado tipo de autoconstrução, mas sem que, com isso, pertençam todos ao mesmo tipo de autoconstrução. Assim, a estrutura de análise proposta desvela que tipos de autoconstrução distintos devem ser considerados a partir de suas especificidades, seja para a promoção de políticas públicas ou para a atuação técnica.

A partir do reconhecimento dos distintos tipos da autoconstrução, decompostos e diferenciados, metodologias específicas para a atuação de técnicos também podem ser formuladas sem o risco da imposição de modelos ou padrões que anulem a prática discursiva e construtiva própria do autoconstrutor. Ao contrário, espera-se que as práticas discursivas da autoconstrução fortaleçam o processo de tomada de decisão dos autoconstrutores.

³ O Projeto de Lei (PL) da Câmara dos Deputados PL 6699 de 2002 propõe a modificação de um dispositivo do Código Penal. A proposta do PL é incluir como crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo, o que antes era privativo aos médicos, dentistas e farmacêuticos.



REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- BRASIL. Projeto de lei 6699, de 07 de maio 2002. **Modifica dispositivo do Código Penal e dá outras providências**. Brasília, DF, maio 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=50794>>. Acesso em: 03 de Maio de 2018.
- CASTORIADIS, C. **A criação histórica_ o projeto de autonomia**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal da Cultura, 1991
- CAU/BR. 2015. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil**. Disponível em <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em 09/06/2017.
- DÍAZ, E. **A Filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora UNESP, 2012
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.
- MARTELETO, R. M. **Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social**. *Ciência da Informação*, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/240195/24019510.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2003.
- MENDES, G. **Habitação: cesta não resolve**. *Construção Mercado*, São Paulo, Fev. 2006. Disponível em: <construcaomercado17.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/55/artigo283270-1.aspx>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- MORADO NASCIMENTO, D. (org.) **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: AIC, 2016.
- SODRÉ, M. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro, Codecri, 1983.
- SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



TIBO, G. L. de A. **Reflexões da prática da assessoria técnica_ uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo.** In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO EMPESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 2017, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.6/ST%205.6-02.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2018.